

do, estabelecer-se a definição de um terço (1/3) do total dos treze (13) membros com ponentes. O Parágrafo Único do Artigo 63 passará a ter a seguinte redação: "Art. 63 - Parágrafo Único. O mandato dos membros do Conselho terá duração de dois anos, permi tida a recondução." Para completar este estudo de adaptação da Lei de Execução Penal à Constituição Nacional, urge acrescentar que as inovações previstas neste trabalho tornarão desnecessárias as normas do § 3º do Artigo 106 e do Artigo 201 da Lei Execu tória que, simplesmente, carecerão de eliminação." Ao finalizar o Relatório destacou a prestimosa colaboração dos Professores LUIZ CARLOS RODRIGUES DUARTE e PLÍNIO CAMINHA DE AZEVEDO, na realização do estudo que apresentou. VOTO: Que o Conselho acolha as pro postas ora sugeridas de adaptação da Lei de Execução Penal à Constituição. Decisão - CNPCP: pela remessa do Relatório ao Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI, que solicitou vista da matéria. V- Reexame de Anteprojeto oriundo da Consultoria Jurídica/MJ, propon do alterações parciais de dispositivos do Código Penal, Código de Processo Penal e Lei de Economia Popular - Relator: Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO - VOTO: pela re jeição do Anteprojeto - Decisão - CNPCP: O Conselho, unanimemente, decidiu pela rejei ção integral do Anteprojeto, endossando manifestações dos órgãos representativos de classe, como a OAB, e de acordo com as dos Senhores Conselheiros, que usaram de pala vra. Todavia, ante a vigência da nova Constituição, considerou prejudicada a decisão, optando, afinal, pela inadequação do Anteprojeto à ordem constitucional vigente. VI- Avaliação de compatibilidade dos textos em vigor do Código Penal, do Código de Proce so Penal, da Lei de Execução Penal e das leis especiais, face ao advento da Constitui ção. Decisão - CNPCP: O Conselho deliberou, por unanimidade de votos, atendendo propo sições dos Conselheiros LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY e RENÉ ARIEL DOTTI, encaminhar expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, no sentido de propor a ava liação de compatibilidade dos textos em vigor do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Lei de Execução Penal e das leis especiais para os seguintes efeitos: "a) adaptar a legislação ordinária ao texto constitucional; b) proceder ao trabalho de re visão e consolidação das leis extravagantes; e c) cumprir a missão legislativa de cri minalização, descriminalização, neo-criminalização e despenalização. Para a concreti zação da proposição supra, respeitosamente, sugeriram ainda que fosse solicitado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça o exame da proposta pertinente à retirada dos projetos em tramitação no Congresso Nacional e referentes à área de Direito Penal, Processo Penal e Execução Penal." Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Se cretária.

ELOAR GUAZELLI
Presidente CNPCP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

ATA DA 149ª REUNIÃO EM 30 DE JANEIRO DE 1989 (TARDE)

As 15:00 do dia 30 de janeiro de 1989, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala 308, do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. Conselheiros presentes: ELOAR GUAZELLI - Conselheiro Presidente; EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, LUIZ AN TÔNIO GUIMARÃES MARREY, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CAR NEIRO LEÃO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e RENÉ ARIEL DOTTI. Ausências justificadas: Conselheiros ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, RUY DA COSTA ANTUNES e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Con vidoado presente: Doutor ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA. I- Calendário Anual das reuniões do CNPCP - Objetivando dinamizar os trabalhos previs tos para o corrente exercício, o Senhor Presidente propôs aos Senhores membros do Colegiado, alteração das datas das reuniões do Conselho, refe rentes aos meses de fevereiro, para os dias 20 e 21; e março, dias 06 e 07 - sessões ordinárias; e, dias 20 e 21 - sessões extraordinárias. Quan to aos meses subsequentes, ficou mantido o calendário aprovado na 145ª sessão do Egrégio Conselho. Decisão - CNPCP: pela aprovação unânime. II- Revisão do Regimento Interno do CNPCP - Relator: Conselheiro MIGUEL FRE DERICO DO ESPÍRITO SANTO. Pelo expositor foi informado que, com o adven to do Decreto nº 96.894, de 30 de setembro de 1988, que dispõe sobre a Estrutura Básica do Ministério da Justiça, tornou-se imperativo a revi são do Regimento Interno face à ampliação da Secretaria Executiva do Conselho que passou a contar com 2 (duas) funções de Coordenador, e, a lém disso, a significativa transformação do Departamento Penitenciário Na cional - DEPEN (Órgão incumbido de executar as atribuições previstas no Artigo 72 da Lei 7.210/84) em Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Ministério, à qual, por força do Decreto mencionado, absorveu o De partamento de Assuntos Judiciários e parte das atribuições do Departam ento Federal de Justiça. O relato então proferido trouxe nítidas alte rações no contexto do Regimento em vigor e, destarte, em discussão, o Senhor Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI, solicitou que os Conselheiros Relatores de matérias polêmicas do órgão enviassem cópias a seus pares e à Secretaria Executiva, com 10 (dez) dias de antecedência às próximas sessões. Decisões - CNPCP: a) pela aprovação da proposição acima; b) por maioria de votos, deliberou o Egrégio Conselho, dirigir-se ao Exce len tíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça pleiteando a modificação do Decreto nº 96.894 de 30 de setembro de 1988, no sentido de excluir do mesmo a absorção pela Secretaria de Justiça e Segurança das atribuições previstas no art. 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, permitin do que o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) mantenha sua iden tidade funcional, como órgão de apoio ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Foi voto vencedor, o Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, designado relator da proposta e da Exposição de Motivos que de verá instruí-la. Observação: Em relação à decisão do Conselho no sen tido de se solicitar o restabelecimento da autonomia do DEPEN, votaram por consulta prévia à Secretaria-Geral desta Pasta os Conselheiros JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e LUIZ ANTONIO GUIMA RÃES MARREY, que ficaram vencidos. III- Visita do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça ao CNPCP - no decorrer dos trabalhos desta sessão o Egrégio Conselho foi surpreendido com a oportuna visita de sua Exce len cia o Senhor Ministro OSCAR DIAS CORRÊA, que, após transmitir cumprimen tos a todos os Senhores Conselheiros, por alguns minutos, assumiu a Pre sidência dos trabalhos; e, naquela oportunidade, conhecidas as atividades pretendidas pelo Conselho neste exercício solicitou que as verbas desti nadas à construção de estabelecimentos penitenciários fossem utiliza das em projetos de custo o mais reduzido possível. Antes de se retirar desformalizou a sessão e colocou-se à disposição do Egrégio Conselho sem pre que se fizer necessário. Pelo Presidente foi transmitido a Sua Exce lência o Senhor Ministro OSCAR DIAS CORRÊA, honrosos agradecimentos pela visita, ao tempo em que lhe augurou completo êxito na condução dos negó cios da Pasta que vem de assumir. IV- Multas e fianças - pelo Senhor Pre sidente foi designado o Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, para elaborar pro

posta de anteprojeto, instituindo os valores das multas e das fianças referentes a aplicação da Lei Penal. V- Processos e expedientes relata dos - 1. Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI - a) Processo-MJ-Nº 000793/89- Assunto: Abuso de poder ou violação de dever inerente à função pública - VOTO: "Isso expandido, bem é de ver, entretanto, que a súmula do Reque rente não pode ser atendida, pelo menos por dois, e igualmente relevan tes, motivos. Em primeiro lugar, o atinente à falta de atribuição do Exmº Sr. Ministro da Justiça, para conceder-lhe o que pleiteia: só mesmo órgão competente do Poder Judiciário é que poderá rever a sentença con denatória em referência. Ademais, ainda que fosse dado a Sua Excelência examinar o pedido formulado, manifesta afigura-se a sua improcedência, em virtude de ter-lhe sido imposta, corretamente, a pena adequada ao crime cometido - fato que, obviamente, não tem como ser abrangido pelo dispo si to no parágrafo único do art. 2º do Código Penal, que cogita da aplica ção da Lei posterior a fatos anteriores, e não ao julgamento profetido, necessariamente, em consonância com a lei em vigor no momento da pronun cição. Por isso que proponho aos ilustres Senhores Conselheiros o arqui vamento do expediente, comunicando-se a deliberação ao interessado. E o meu parecer, s.m.j." Decisão - CNPCP: pela aprovação unânime. b) Processo -MJ-Nº 5918/88 apenas ao de Nº 7143/88 - Assunto: transferência de sen tenciado - VOTO: "Não obstante a ressaltada necessidade de enfrentar-se o problema objetivamente, não vejo como possam ser atendidas as reivindicações especificadas nos dois primeiros e a sugestão do Senhor Diretor do DIP (antigo DIC/DEPEN). No primeiro expediente, a inexistência de va ga respalda a negativa da Coordenação das Organizações Penais do Estado de Santa Catarina, aliás reforçada pelo fato de o interessado diversas vezes condenado, já lá ter cumprido todas as penas que lhe foram impos tas. No segundo, a dificuldade foi contornada, ficando, entretanto, o resíduo do obstáculo originado do questionamento referente às despesas da transferência (fla. 12), reiterado, mais detalhadamente, no terceiro. Ademais, quanto a este, a Resolução deste Egrégio Conselho resultou, por certo, de fatos que retratam a realidade nacional. Daí porque, e não vis lumbrando afronta, por ela, a citada "Norma da ONU" (item 45.3), opinô pela manutenção da Resolução nº 04, de 25 de julho de 1984, art. 8º, com o consequente arquivamento dos expedientes e respectivas comunicações. E o meu parecer, s.m.j." Decisão - CNPCP: pela aprovação e remessa dos pro cessos ao Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, atendendo sua solicitação de vista da matéria. c) Processo-MJ-Nº 7117/88-03 - Assunto: equiparação de salários da Polícia Militar aos da Polícia Civil - VOTO: "É de toda evidência que o assunto em pauta refoge, por inteiro, às a tribuições deste Colendo Conselho. Por esse motivo, que torna despicien das mais alentadas considerações, proponho o seu arquivamento, comunican do-se a deliberação à entidade interessada." Decisão - CNPCP: pela aprova ção unânime. d) Ofício nº 440/88-SJ-GO - Assunto: subsídios para elabora ção da Lei de Execução Penal Estadual - VOTO: "Parece-me que a melhor for ma de atender à solicitação será a de enviar ao ilustre solicitante có pias das leis Estaduais arquivadas na Secretaria deste Colendo Conselho, cujos dispositivos poderão ser adaptados, verificadas as peculiaridades locais, ao Diploma legal que se quer editar. O mais, com efeito, deverá constituir, data venia, trabalho específico, que os ilustres penalistas goianos, com certeza, bem saberão realizar. E o que proponho aos precla ros pares, como objeto da nossa deliberação." Decisão - CNPCP: pela apro vação unânime. e) Exp. 08000-GM 3725/88 - Assunto: Sistema Penitenciário -RJ - VOTO: "Como verificável, de pronto, esta contém extenso relatório de Inspeção em Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (Cândido Mendes - Ilha Grande), unanimemente aprovado, com a ordenação de seu encaminha mento ao Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária daquele Estado, "sugerindo-se o exame de possibilidade de desativação do Presí dio". Isso, salvo engano, atende, por antecipação, ao solicitado à fla. 38, verso; sendo de aduzir-se que, como é notório, a Lei das Contraven ções Penais, no art. 66, inc. I, tipifica a omissão do funcionário públi co, no dever de comunicação, a autoridade incumbida da informatio delicti, da prática de crime de que tenha conhecimento no exercício de sua fun ção. Ora, as autoridades do Estado do Rio de Janeiro, que tomaram conhe cimento dos fatos, já devem ter tomado tal providência, de sorte a tor nar desnecessária qualquer outra, por parte deste Egrégio Conselho. A z sim sendo, opino pelo arquivamento do expediente, submetendo meu parecer aos ilustres Pares; e cificando-se da deliberação o Senhor Doutor Procurador-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com a anexação de cópias das peças destes autos". Decisão - CNPCP: pela aprovação com a emenda proposta pelo Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES. VI- Reu niões do CNPCP Nºs 150ª e 151ª - Embora estando presentes na primeira o Senhor Conselheiro Presidente ELOAR GUAZELLI e os Conselheiros JOSÉ AR THUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, MIGUEL FREDERI CO DO ESPÍRITO SANTO e NILZARDO CARNEIRO LEÃO, o Senhor Presidente resolveu cancelar os trabalhos em virtude de inexistência de quorum. Pelo mesmo fa to foi suspensa a sessão nº 151, oportunidade em que foi registrado o comparecimento do Senhor Conselheiro Presidente e do Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO. As ausências registradas nas aludidas ses sões foram justificadas pelo Senhor Presidente. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

ELOAR GUAZELLI
Presidente CNPCP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

(Of. nº 14/89)

SECRETARIA DE DIREITOS DA CIDADANIA

Subsecretaria de Estrangeiros

Divisão de Permanência de Estrangeiros

DESPACHOS DO DIRETOR
Permanências definitivas indeferidas

"Indefiro os pedidos de permanência definitiva, por falta de amparo legal, de acordo com o artigo 38 da Lei nº 6.815/80, alterada pela Lei nº 6.964/81, tendo em vista que os interessados não possuem a condição de inexistência prevista no artigo 75, II, a, da referida Lei, já que seus casamentos foram celebrados há menos de 05 (cinco) anos.